



Crônicas de campo na Amazônia: conflitos, cotidianos e histórias vivas em Rondônia

Field chronicles in the Amazon: conflicts, daily life and living stories in Rondônia

Lucas Ramos de Matos ✉ 

Universidade Federal Fluminense, Departamento de Geografia, Niterói, RJ, Brasil.

E-mail para correspondência: lucasmatos.geouff@gmail.com

Recebido (Received): 21/08/2023

Aceito (Accepted): 17/10/2023

Resumo: Na geografia, o trabalho de campo é para os geógrafos, o que a imersão e a etnografia são para os antropólogos e sociólogos. O texto faz um registro de pesquisa, a partir do nosso trabalho de campo, ocorrido na região central de Rondônia. Iniciado em Porto Velho, capital do estado, em um primeiro momento, foram percorridos cerca de 500 km pela BR-364 – que liga Rondônia a outros estados (Mato Grosso, Acre, Amazonas) – e pela rodovia 470 – que liga ao PIC Ouro Preto, aos assentamentos Margarida Alves, Palmares e Padre Ezequiel e a importante Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau. Em outra oportunidade, foi feita uma visita ao campo, na região acima mencionada, em dois momentos ímpares: na “VII Festa Camponesa”, organizada pela Via Campesina de Rondônia; e na feira agropecuária “Rondônia Rural Show Internacional”, encerrando o nosso registro de pesquisa de campo. Registra-se temas caros à geografia, como violação de direitos humanos, territoriais e conflitos no campo em Rondônia; expansão do agronegócio da pecuária (gado de corte) e de grãos (soja e milho) e invasão de Áreas Protegidas e territórios comunitários. Registra-se também temas de ânimos e afetos geográficos, “explorando” cotidianos, histórias vivas, estratégias de reapropriação social da terra, dos territórios e da natureza e a produção ampliada da vida na Amazônia.

Palavras-chave: Geografia; Trabalho de campo; Região central; Rondônia; Amazônia.

Abstract: In geography, fieldwork is for geographers what immersion and ethnography are for anthropologists and sociologists. The text makes a research record, based on our fieldwork that took place in the central region of Rondônia. Starting in Porto Velho, capital of the state, at first, it was traveled for about 500 km by BR-364 – which connects Rondônia to other states (Mato Grosso, Acre, Amazonas) – and by highway 470 – which connects to PIC Ouro Preto, the Margarida Alves, Palmares and Padre Ezequiel settlements and the important Uru-Eu-Wau-Wau indigenous land. At another time, a field visit was made at two unique moments: at the “VII Festa Camponesa”, organized by Via Campesina de Rondônia; and at the agricultural fair “Rondônia Rural Show Internacional”, completing our research record. There are themes dear to geography such as violation of human and territorial rights and conflicts in the countryside in Rondônia, expansion of the livestock (beef cattle) and grain (soybean and corn) agribusiness and invasion of Protected Areas and community territories. Themes of moods and geographic affections are also registered, “exploring” everyday life, living histories, strategies for the social reappropriation of land, territories and nature and the expanded production of life in the Amazon.

Keywords: Geography; Fieldwork; Central region; Rondônia; Amazon.

1. Introdução

Desde que Kant estabelece, em sua *Crítica da razão pura*, os limites da razão transcendental e da aplicação do conhecimento, é consenso entre pesquisadores de vários ramos das ciências de que as epistemologias, o método, os paradigmas, os conceitos e as categorias de análises, entre outras coisas, norteiam a produção acadêmica. No entanto, além disso, especialmente na ciência geográfica, o trabalho de campo é requisito fundamental no desenvolvimento das mais variadas tipologias de pesquisas, e na formação de profissionais da geografia. Para além da coleta de dados, o trabalho de campo demonstra as dimensões da realidade empírica das grandes questões teóricas.

Como escreve Claval (2013), o trabalho de campo possui um percurso histórico no desenvolvimento da ciência geográfica, na formação social e intelectual e do pesquisador em geografia. Destacam-se, deste autor, três pontos sobre o trabalho de campo:

O geógrafo não é um explorador ou um viajante; seu trabalho não consiste em relatar o que se observa em cada lugar, mas em transformar a visão pontual daqueles que estão em contato com a realidade em uma visão de conjunto, na qual limites se distinguem, linhas se desenham e convergências aparecem (p. 01).

Para garantir a autenticidade das observações coletadas e proporcionar a descoberta de realidades que escapam às outras estratégias de investigação. Ademais, também se faz útil para a formação do cidadão (p. 01).

O trabalho de campo não serve somente para autenticar as informações coletadas pelos geógrafos, ele permite também a apreensão de elementos que escapam ao viajante comum (p.08).

O trabalho de campo é, também, uma metodologia de ensino, proporcionadora de uma formação crítica, humana, integral e omnilateral (SANTOS; CARLÉTTI, 2023). É por isso, que nas geografias, o trabalho de campo possui particularidades dissonantes de outras disciplinas científicas. A exemplo disso, para o geógrafo e a geógrafa, o olhar minucioso sob a formação e os contrastes específicos da paisagem é tarefa fundamental no trabalho de campo; os sujeitos, o lugar, a tipologia da vegetação, do solo, dos cultivos, os objetos fixos etc. A paisagem, para além de um lugar que pode ser belo ou subversivo, revela história, conflitos, força de trabalho social, desigualdades, formando as dinâmicas socioterritoriais e econômicas conectadas as escalas de fixos/fluxos do mundo globalizado. A paisagem geográfica remonta as atividades humanas influenciadas pelas diferentes racionalidades e modos de produção e reprodução da vida social imediata, movidas ou não pelo modo capitalista.

Como se vê, para além da simples visão imediata de elementos da superfície terrestre, a paisagem geográfica remonta em uma série de acepções acadêmicas de disciplinas como a Geografia, a Ecologia, a Arquitetura, a Antropologia e a Sociologia. Sendo assim, além de outros infinitos exemplos de aprendizagem que o trabalho de campo proporciona à ciência geográfica, para fazer pesquisa, literalmente com o “pé no chão”, o trabalho de campo é, para nós, geógrafos e geógrafas, obrigatório.

Em busca de encontrar elementos da realidade empírica para a nossa tese de doutorado em desenvolvimento no programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – POSGEO/UFF, orientada pelo professor Valter do Carmo Cruz, a convite do professor Ricardo Gilson da Costa Silva, docente no programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia – PPGG/UNIR, desloquei-me de Niterói, Rio de Janeiro, para Porto Velho, Rondônia, em uma imersão a campo na região central do estado – objeto de minha pesquisa – que, ao todo, ocupou, em um primeiro momento, os dias 06 a 13 de maio de 2023, e os dias 14 e 16 de julho de 2023, em um segundo momento.

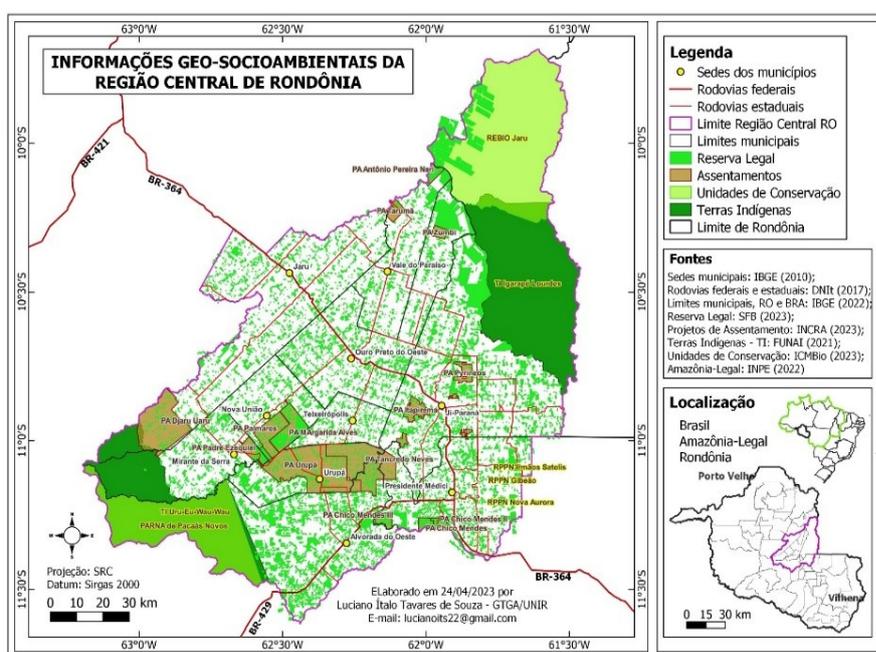


Figura 1: Mapa da região central de Rondônia. **Fonte:** INCRA, IBGE. **Crédito:** GTGA/UNIR (2023).

Para além desta abordagem de campo, de modo estratégico, continuei o registro de pesquisa até o dia 16 de julho de 2023. Recorta-se desta continuidade o que talvez seja a mais clara representação do choque de valoração entre o modo de produção capitalista e o camponês: a feira agropecuária Rondônia Rural Show (de 22 a 27 de maio de 2023) – que ocorre anualmente em Ji-Paraná – e a Festa Camponesa da Via Campesina (de 14 a 16 de julho de 2023) – que ocorre, anualmente, em Jaru.

O motivo de minha participação neste campo, foi de construir o itinerário de nossa pesquisa de doutorado para orientar os caminhos de nossa coleta de dados, de modo a qualificar, estrategicamente, o nosso recorte de pesquisa sobre os conflitos territoriais resultantes do atual fenômeno de invasão de Áreas Protegidas e territórios comunitários em Rondônia: uma “etnogeografia dos conflitos territoriais” na Amazônia. Sendo assim, foi selecionado, por enquanto, como objeto de imersão a campo, o PA Margarida Alves, o PA Padre Ezequiel e a terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau.

Por meio de registros de imagens, observações, anotações, conversas, aulas ao ar livre, visualizando os diferentes contrastes da paisagem geográfica em Rondônia, marcadas pelo choque de racionalidades entre os dois modos de produção e reprodução da agricultura (agricultura capitalista e agricultura camponesa), o texto faz uma crônica do nosso campo, percorrido pela região central de Rondônia, notadamente a região conhecida nos anais da geografia de Rondônia pela instalação do Projeto Integrado de Colonização: o PIC Ouro Preto.

Liderado por Luciana Riça Mourão Borges e Ricardo Gilson da Costa Silva, ambos docentes do PPGG/UNIR, o trabalho de campo envolveu 25 (vinte e cinco) integrantes, entre discentes da graduação, da pós-graduação do PPGG/UNIR e pesquisadores convidados de outras instituições; notadamente, o autor deste registro de pesquisa, o professor Alyson Fernando Alves Ribeiro, aluno do pós-doutorado no programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo – PPGH, os professores Tiago Roberto Silva Santos – Instituto Federal de Rondônia (IFRO) e Carlos Alberto Ricarte – Secretaria de Estado da Educação (SEDUC-RO).

2. Direitos humanos e conflitos no campo em Rondônia, Amazônia

No dia 08 de maio de 2023, em Porto Velho, capital de Rondônia, nosso trabalho de campo inicia abordando um tema emergente na Amazônia, especialmente em Rondônia: os conflitos e os direitos humanos e territoriais dos povos e comunidades afetados pelas múltiplas e simultâneas linguagens da violência material e simbólica no campo. Em conjunto com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Ouvidoria Externa da Defensoria Pública do Estado de Rondônia e o Conselho Estadual de Direitos Humanos foi feito o lançamento do relatório do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania e o caderno de conflitos no campo da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Segundo os dados do relatório e do caderno de conflitos no campo, Rondônia é, atualmente, o estado que mais mata lideranças de causas sociais e ambientais (CPT, 2023).

A ocasião foi enriquecida com o relato de lideranças comunitárias sobre as múltiplas formas de violência em seus territórios. Um dos relatos é o da liderança indígena feminina Camila Puruborá: *“muitas pessoas dizem que somos preguiçosos, mas não sabem o que eles [agromilícias, latifundiários, madeireiros, garimpeiros etc.] têm feito em nossos territórios. Nós, indígenas, só queremos cuidar da natureza, cuidar da nossa terra, cuidar do nosso território”* (indígena Puruborá).

Segundo a CPT, no Brasil, os conflitos por terra, territórios e natureza aumentaram em 16, 70% em 2022, com 181.304 famílias envolvidas. As categorias latifundiárias (23%), governo federal (16%), empresários (13%) e grileiros (11%) foram os agentes responsáveis por impulsionar esses conflitos. Condizente com o tema central da nossa pesquisa, outra observação sobre os conflitos no campo, remete a invasão dos territórios comunitários, com 95.558 famílias afetadas em 2022. Os movimentos de invasão de territórios comunitários explodiram, justamente a partir de 2018 (CPT, 2023).

Entre 2013 e 2022, houve 1.935 ocorrências no Brasil. Porém, somente nos anos do governo bolsonarista foram registradas 1.185 ocorrências desse tipo de violência, o equivalente a 61,25% dos registros da década. Do total de 661 Terras indígenas invadidas na última década, 411 das ocorrências se deram entre 2019 e 2022 (CPT, 2023).

Esses números associam-se a outros dados alarmantes de 2022, como o desmatamento ilegal, que atingiu 59.318 famílias no Brasil, e a pistolagem, que registrou 180 ocorrências, sendo que, 27,66% dos assassinatos no campo estão ligados ao método de pistolagem (CPT, 2023). O CNDH, por sua vez, acompanha *in lócus*, casos específicos de violação de direitos humanos envolvendo disputas por terra, territórios e recursos naturais.



Figura 2: Lançamento do caderno de conflitos no campo da CPT e do relatório de violações de direitos humanos em Rondônia do CNDH, Porto Velho-RO. **Fonte:** Trabalho de campo. Créditos da imagem: Amanda Michalski (2023).

Segundo a CPT, no Brasil, os conflitos por terra, territórios e natureza aumentaram em 16, 70% em 2022, com 181.304 famílias envolvidas. As categorias latifundiárias (23%), governo federal (16%), empresários (13%) e grileiros (11%) foram os agentes responsáveis por impulsionar esses conflitos. Condizente com o tema central da nossa pesquisa, outra observação sobre os conflitos no campo, remete a invasão dos territórios comunitários, com 95.558 famílias afetadas em 2022. Os movimentos de invasão de territórios comunitários explodiram, justamente a partir de 2018 (CPT, 2023).

Entre 2013 e 2022, houve 1.935 ocorrências no Brasil. Porém, somente nos anos do governo bolsonarista foram registradas 1.185 ocorrências desse tipo de violência, o equivalente a 61,25% dos registros da década. Do total de 661 Terras indígenas invadidas na última década, 411 das ocorrências se deram entre 2019 e 2022 (CPT, 2023).

Esses números associam-se a outros dados alarmantes de 2022, como o desmatamento ilegal, que atingiu 59.318 famílias no Brasil, e a pistolagem, que registrou 180 ocorrências, sendo que, 27,66% dos assassinatos no campo estão ligados ao método de pistolagem (CPT, 2023). O CNDH, por sua vez, acompanha *in lócus*, casos específicos de violação de direitos humanos envolvendo disputas por terra, territórios e recursos naturais.

A metodologia pressupõe verificar e explicitar casos “ocultos” de ameaças a lideranças comunitárias e defensores de causas sociais e ambientais, assassinatos, invasões, expropriações, desapossamentos e cercamentos de territórios comunitários etc. Em Rondônia, agromilícias, garimpeiros, latifundiários, madeireiras e mineradoras estão entre os principais violadores de direitos humanos e territoriais (CNDH, 2022).

2.1. A imagem do agronegócio em Rondônia

No dia seguinte, partimos sentido ao município de Ouro Preto do Oeste, região central de Rondônia. Este itinerário é feito pela BR-364 que liga Rondônia a outros estados da região Amazônia (Mato Grosso, Acre, Amazonas). Observa-se a estrutura de fixos do modo de produção capitalista, impondo à natureza a inexistência da diversidade, o que poderia ser classificado por “monopaisagem”.

Uma das poucas cenas de diversidade vistas às margens da BR-364, foi uma comunidade ribeirinha expulsa pelos cercamentos e expropriações dos grandes projetos hidrelétricos de Rondônia – Santo Antônio e Jirau. Próxima a Candeias do Jamari, a comunidade mantém suas atividades de subsistência assentadas no comércio de pescados, à beira da rodovia.

O modo de produção capitalista impõe sobre o espaço agrário de Rondônia racionalidades, culturas, economias, agriculturas e paisagem homogêneas, fragmentando todas as formas de heterogeneidade do

espaço, dos territórios, do lugar, da paisagem. Para dar um exemplo, no percurso de Porto Velho a Ouro Preto, observamos que 13 estruturas de silos foram construídas ao longo das margens da BR-364, além de frigoríficos e laticínios. Imensos campos de soja, milho e pastagem determinam a paisagem imposta pela expansão do agronegócio em Rondônia ao longo dos anos. É por isso que a paisagem revela algo a mais que a simples visualidade dos elementos terrestres explícitos.



Figura 3: Campo de soja e milho (duas árvores de castanheiras resistindo o pressionamento da monocultura sobre a natureza) – Itapuã do Oeste-RO. **Fonte:** Trabalho de campo. Crédito da imagem: GTGA/UNIR (2023).

Observa-se, com isso, que o capital agrário em Rondônia procurou, ao longo dessas últimas décadas, junto aos agentes institucionais econômicos hegemônicos, um conjunto de articulação com o Estado, no sentido de projetar uma antecipação espacial, fixando uma estrutura de grandes empreendimentos agropecuários (silos, frigoríficos, curtumes, laticínios, casas agropecuárias, frotas de veículos – carretas, tratores, caminhões etc.); uma projeção para o futuro, por meio das geoestratégias de domínio territorial, do espaço e do tempo em Rondônia.

As bacias leiteiras de Rondônia, por exemplo, surgem de um complexo de orientações articuladas pelos agentes hegemônicos do Estado e do capital. Uma aliança entre políticas públicas (pesquisa, infraestrutura, subsídios, crédito etc.) direcionadas aos investimentos do capital impõe às pequenas e médias propriedades camponesas um dinamismo social e econômico proposital aos interesses dos grandes empreendimentos do ramo agropecuário, em que, em Rondônia, frente pioneira que faz a geografia histórica do estado, encontra-se em sua instabilidade na agropecuária (carne e leite) e na produção de grãos (soja e milho).

2.2. Educação do campo: experiências e desafios da formação pedagógica indígena e camponesa em Rondônia

Nosso campo continuou rumo a Ji-Paraná para participar no evento de Licenciatura em Educação Básica Intercultural da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Nosso foco foi direcionado à participação na palestra da indígena peruana, professora e pesquisadora em educação e linguística, Ysenia Verónica Ancco Almonte.

A centralidade do evento visou debater sobre a importância da formação de professores e pesquisadores indígenas comprometidos com as questões de educação, ensino e pesquisa nas comunidades indígenas em Rondônia, estado que possui sete (07) Terras indígenas demarcadas, compostas por vinte e oito (28) comunidades. Isso gera uma demanda por educadores com conhecimentos baseados em nexos de saberes-fazer populares e acadêmicos.

Três falas contundentes de Ysenia chamou a atenção sobre o tema da educação do campo:

- “Nós povos originários também podemos contribuir para a construção do conhecimento”.
- “É preciso uma pluridiversidade do conhecimento”.

- “Como descolonizar as práticas de produção do conhecimento?”.

Um feixe de reivindicações locais para a educação do campo vem sendo empenhado pelos mais variados grupos sociais da Amazônia. A Universidade Federal de Rondônia possui dois importantes espaços de formação voltados à realidade do campo: o curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural – que atua na formação de professores indígenas (Sanchez; Leal, 2021); e o curso de Licenciatura em Educação do Campo – que atua na formação de educadores camponeses para atuarem nos assentamentos, municípios e/ou comunidades.



Figura 4:– Escola Família Agrícola – EFA (Vale do Paraíso-RO) **Fonte:** Trabalho de campo. Crédito da imagem: GTGA/UNIR (2023).

Com isso, para além de pautas baseadas na realidade local das comunidades, percebe-se que um novo léxico de reivindicação teórico-político surge como novas epistemologias, amparadas em vocabulários acadêmicos tipicamente endógenos e horizontais de conhecimentos que tentam encontrar os nexos entre saberes-fazer populares e a prática científica: pluridiversidade, descolonização do saber, cosmopolítica, saberes da terra, biopoder camponês, cronobiologia, cosmoecologia etc.

Algo em comum entre as diversas experiências da educação do campo é a chamada Pedagogia da Alternância, que “articula diferentes espaços e tempos educativos, teoria e prática, ensino e pesquisa, trabalho e educação, escola e comunidade visando garantir o direito à educação dos sujeitos do campo” (CORDEIRO; RAIS; HEGE, 2011, p.115). O foco central desta pedagogia de ensino é a produção de conhecimentos, a partir da teoria acadêmica e a prática da vida cotidiana nas comunidades. Nesta pedagogia de ensino e prática, estudantes do campo mantêm um período dedicado, integralmente, alocados nos polos de ensino, e, igualmente, outro período destinado à vivência no cotidiano de suas comunidades. Foi o que explicou os coordenadores da Escola Família Agrícola em nossa visita, no polo Vale do Paraíso, durante o nosso trabalho de campo.

2.3. Cotidianos, conflitos e histórias vivas de Rondônia

No dia seguinte, rumo à Terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau, partimos em mais uma viagem de descobertas e aprendizados. O foco central desta manhã produtiva foi marcado pelos contos, experiências e relatos de duas histórias vivas de Rondônia: Marina, professora e militante social; e a liderança indígena do povo Amandawa (Uru-Eu-Wau-Wau), cacique Tari Amandawa. Marina, que possui ligação de luta com a comunidade Amandawa, guiou-nos neste percurso com cerca de 80 Km.



Figura 5: Diálogos com liderança indígena Amandawa, Uru-Eu-Wau-Wau (Mirante da Serra-RO). **Fonte:** trabalho de campo. Créditos da imagem: GTGA/UNIR (2023).

No percurso de Ouro Preto do Oeste até o povo Amandawa, em Mirante da Serra, Marina nos proporcionou uma aula que mistura saber, experiência vivida, geografia, história, conflitos e política em Rondônia. Exemplo de luta e resistência por educação e direitos humanos, Marina é militante social ligada a membros de outros movimentos da Via Campesina (MST, MPA, CPT, etc.) e atua, historicamente, na formação orgânica do Sindicato dos Trabalhadores em Educação no estado de Rondônia (SINTERO), em Ouro Preto do Oeste. Filha de migrantes, Marina nos contou sobre sua história de vida, de professora e de militante social. Vítima de repressão militar, falou de seu protagonismo no período de Ditadura Militar e dos métodos horrendos deste tempo sombrio em Rondônia.

Após um erro de percurso que nos gastou quatro (04) horas, chegamos à Terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau que, segundo o Cacique Tari Amandawa, significa, fenomenologicamente, “pessoas que tocam flauta”, que foi reconhecida e demarcada em 1991. A terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau é composta por comunidades distribuídas nos municípios de Alvorada D’oeste, Cacaupândia, Campo Novo de Rondônia, Costa Marques, Governador Jorge Teixeira, Guajará-Mirim, Jaru, Mirante da Serra, Monte Negro, Nova Mamoré, São Miguel do Guaporé e Seringueiras, territorializadas pelas comunidades Amondawa, Isolados Bananeira, Isolados do Cautário, Isolados no Igarapé Oriente, Isolados no Igarapé Tiradentes, Juma, Kawahiva Isolado do Rio Muqui, Oro Win e Uru-Eu-Wau-Wau.

Nosso trabalho de campo selecionou a comunidade Amandawa, localizada em Mirante da Serra, limítrofe aos municípios Nova União, Urupá, Teixeirópolis e Alvorada do Oeste, região central de Rondônia. Fomos recepcionados em uma conversa duradoura com o Cacique Tari Amandawa. Atencioso, saiu de sua moradia e tratou de cumprimentar um a um, sem exceção, para, em seguida, iniciar uma conversa que levaria horas de contos, saberes, experiência vivida, conflitos, cultura, modos de vida, cosmovisões de mundo da caça, da pesca, da cura, dos cultivos etc.

Relatou-nos sobre a experiência dos conflitos dos últimos anos, explicitando o papel claro do governo de Bolsonaro nas invasões ocorridas nos últimos anos, e da experiência do período de pandemia da COVID-19, atribuindo ao contato de pessoas externas casos de contaminação. Na ocasião, comentou sobre o assassinato de Ari, indígena Uru-Eu-Wau-Wau, vítima dos métodos mais brutais de violência direcionada aos territórios comunitários.

Tari falou de seu Deus Tupanã. Contou-nos sobre as estratégias de contato com externos, os não indígenas, em suas próprias palavras. Há algo de interessante neste relato, porque remonta diretamente as formas colonizadoras de negação do outro, a ausência de outridade, como escreve Enrique Leff, e a sede de encontrar a figura idealizada do inimigo em comum. Isso é demonstrado nas múltiplas formas de linguagens da violência, assimilado pelos próprios indígenas. Por exemplo, como nos relata Tari sobre os estigmas reproduzidos, historicamente, por moradores de Mirante da Serra. Para além dos rótulos de preguiçosos, muitas histórias falsas são reproduzidas entre estes moradores do município próximo, como acusações de práticas de canibalismo e assassinatos.

Essa superestrutura simbólica de linguagens da violência, colonialidades e poder acaba reproduzindo, no cotidiano dessa comunidade, uma série de violências. É uma forma clara de justificação de toda forma de violência expressa no cotidiano dos Amandawa. Vários direitos humanos e territoriais são violados nos mais diferentes métodos de cercamentos e expropriação sobre a terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau.

Os relatos mais comuns dos Amandawas, capturados nas falas das lideranças, dão conta de que atividades como a caça e pesca clandestina, o roubo de madeira, o garimpo, as invasões de terras geram os principais conflitos no entorno dos recursos naturais desta Terra Indígena. Muitos caçadores e pescadores de Mirante da

Serra, Jaru, Alvorada do Oeste (municípios próximos) e Tarilândia (distrito de Jaru) costumam entrar na área para praticar estas atividades.

Madeireiros e garimpeiros também expropriam a terra indígena e provocam uma série de conflitos. Para além do *modus operandi* convencional dos grupos invasores, há outra forma de invasão da Uru-Eu-Wau-Wau, que é impulsionada, sobretudo, pela agropecuária. Empresários do ramo agropecuário e madeireiro, políticos, grandes e médios proprietários do PIC Ouro Preto, com propriedades limítrofes à terra indígena, invadem, desmatam, plantam pastagens, constroem cercas e criam gado na área. Essas formas de invasão são problemas históricos que se intensificaram nos últimos anos do governo Bolsonaro.

Embora não configure o objetivo central, que é a grilagem de terras públicas, as invasões de terras indígenas seguem métodos extras para além da grilagem convencional – o “fato consumado” –, que, na prática, significa construir uma situação de irreversibilidade dos processos ecológicos, a *priori*, para posteriormente legalizar essas áreas em uma possível mudança de marco legal. Porém, pelo que se vê no caso dos Amandawas é que, aqueles que estão privilegiados pela localização geográfica, utilizam um método extra de invasão, que é avançar do desmatamento nas bordas das florestas. Essa prática de invasão permite ampliar as áreas de pastagens e o número de cabeças de gado. Essa junção de áreas invadidas e lotes documentados permite com que os invasores utilizem documentos das propriedades legalizadas para venderem o gado nos frigoríficos. Essa metodologia de invasão confunde e dificulta a atuação dos agentes de fiscalização. Isso significa, de imediato, que, ainda que a grilagem da área não avance para uma condição legal, a invasão continua a ser um negócio lucrativo a latifundiários, políticos e agromilícias, invasores de Áreas Protegidas e territórios comunitários na Amazônia.

2.4. Territórios imateriais em disputa

Ainda no mês de maio, dando continuidade ao nosso posicionamento em campo, participei do último dia da feira agropecuária “Rondônia Rural Show Internacional”, que ocorreu entre os dias 22 a 27 de maio de 2023. Este trajeto de campo remontara em nossa abordagem sobre as lutas paradigmáticas movidas pelas disputas dos imaginários sociais entre campesinato e agronegócio em Rondônia – que mais tarde, terminara em nossa visita a campo, na “VII Festa Camponesa da Via Campesina em Rondônia” (Figura 9), última seção deste artigo.

O discurso neoliberal da agricultura capitalista captura conceitos, modos de vida, saberes-fazer etc., do modo de produção camponês. Foi isso que, de imediato, percebi ao observar a forma de organicidade e a dinâmica do grandioso evento. Festivais de músicas sertaneja, exposição de produtos e subprodutos, tipicamente da agricultura camponesa (sementes, artesanatos, queijos, doces, iogurtes, churrasco etc.), apresentações, palestras, danças indígenas, formam os aspectos centrais da psicofera do evento, explicitando imaginários, crenças e ideologias “ocultas” do desenvolvimento e do progresso das forças produtivas do agronegócio de Rondônia. Uma mistura de grandiosidade e novidades tecnológicas (tratores, colheitadeiras, motosserras, roçadeiras, ordenhas leiteiras, tanques resfriadores de leite etc.), eventos culturais (*shows*, danças, jogos, exposição de produtos da agricultura camponesa), leilões de raças leiteiras e de touros “puro sangue” atraem camponeses das mais variadas categorias para participarem desta feira agropecuária. Caravanas de ônibus são organizadas pelas prefeituras de outros municípios, deslocadas das partes mais remotas de Rondônia, levando assentados, sem-terras, indígenas, quilombolas, posseiros, extrativistas, etc.

Toda essa “diversidade” demonstra um conjunto de investimentos político-ideológico-narrativos que parte do capital agrário e que, em alguma medida, resulta na homogeneidade das práticas e vertentes da agricultura camponesa, condiciona-as ao “sucesso” do agronegócio, configurando um imaginário social de legitimação deste modo de produção capitalista que se assenta na desigualdade, nos regimes de expropriação, cercamentos e desapossamentos, nos conflitos, na exploração; na transformação da natureza, da cultura e dos modos de vida camponês em mercadorias do capital. É por isso que um *ad hoc* de conceitos, discursos, palavras-chave são reproduzidas incansavelmente nos mais variados dispositivos ideológicos do agronegócio: “o futuro é agro”, “agronegócinho”, “agronegócio de base familiar”. Em nossa visita a campo, nesta impactante festa do agronegócio de Rondônia, foi possível observar esse vocabulário reinante do “mundo agro” e a “diversidade” de atrações culturais tipicamente camponesas.

3. Do outro lado do conflito

Do outro lado do conflito, encontra-se a diversidade da vida cotidiana. Ainda na comunidade Amandawa, após a longa história contada em nossa conversa com o cacique Tari, passamos a conhecer a formação socioespacial da comunidade. Entre quintais agroflorestais, pássaros (araras, papagaios, mutuns etc.), frutos, espaços de artesanatos, estoques de cereais, campos de agricultura, escola etc., formam-se as relações sociais do cotidiano Amandawa.

A comunidade é marcada por estruturas fixas (escola, barracão de reuniões e encontros, garagem dos equipamentos de agricultura (carros, tratores, arados, plantadeiras etc.); moradias e campos de agricultura etc. Ao redor está o elemento que sustenta todas as relações comunitárias cotidianas dos Amandawas: a imensa floresta composta pela mais vasta biodiversidade natural necessária ao modo de vida indígena.



Figura 7: Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, comunidade Amandawa, Mirante da Serra-RO. **Fonte:** Trabalho de campo. Créditos das imagens: GTGA/UNIR (2023).

O que chamou a atenção, tanto nas falas do cacique Tari e Tambura Amandawa – professor indígena que nos apresentou o interior da comunidade – foi a relação dos Amandawas com a agricultura. Eles se preocupavam, a todo instante, em lembrar dos estigmas de preguiçosos reproduzidos pela sociedade externa – os não indígenas – nas palavras de Tari e Tambura. Em extensos campos de terra, são manejadas culturas de milho, banana, mandioca, feijão, café, cacau, etc. Os cultivos de milho e mandioca são as culturas mais desenvolvidas. Isso ocorre porque a venda é facilitada em comércios e cerealistas de Mirante da Serra. Caminhões carregados de milho são vendidos a cerealistas.

Esta atividade é mantida graças a um conjunto de maquinários conquistados em políticas públicas direcionadas às comunidades. Tratores, arados, farinhas, caminhões, batedores são apetrechos tecnológicos que possibilitam os Amandawas avançarem de uma agricultura de subsistência e excedentes.

Nosso trabalho de campo continua observando o modo de produção camponesa de Rondônia. Visitamos duas estações de ciências experimentais responsáveis por fortalecer o cultivo das variedades de cacau e café em Rondônia: a Estação Experimental Dr. Frederico Afonso – EMATER e o campo Experimental EMBRAPA, ambas em Ouro Preto do Oeste.

Camponeses, indígenas e médios proprietários são responsáveis por cultivar essas variedades em Rondônia. Por se destacar em uma fonte de renda e promoção dos sistemas agroflorestais sustentáveis, Ongs (Rioterra) e instituições públicas (EMATER, SENAR, EMBRAPA, etc.) constroem parcerias; distribuem mudas e prestam assistência técnica às famílias agricultoras. As variedades de cacau e café parecem ser as espécies de maior interesse entre os experimentais e adotantes.



Figura 8: Estação experimental Dr. Frederico Afonso – EMATER. **Fonte:** Trabalho de campo. Créditos das imagens: GTGA/UNIR (2023).

3.1. Celebrando a vida

Para finalizar este registro de pesquisa de campo, junto à equipe do grupo de pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia (GTGA/UNIR) – em que o autor faz parte – partimos para Jaru-RO, para participar da VII Festa Camponesa da Via Campesina em Rondônia, que ocorreu entre os dias 14, 15 e 16 de julho, finalizando os registros iniciais da minha pesquisa.

A Festa Camponesa proporcionou a síntese de todo esse percurso de crônicas, visitas, registros de imagens, falas, momentos de afetos geográficos e aprendizados ao ar livre. Foi neste importante encontro festivo camponês, que os principais desafios da classe trabalhadora do campo – em sua relação com as cidades – são postos em debate. Conflitos no campo, invasão, ameaças, assassinatos, cercamentos, expropriações, desapossamentos, educação, produção de alimentos etc.



Figura 9: VII Festa Camponesa da Via Campesina em Rondônia, Jaru-RO. **Fonte:** Trabalho de campo. Créditos das imagens: GTGA/UNIR (2023).

Este é um momento de relações de trocas: sementes crioulas, experiências, saberes-fazer, artesanatos, afetos são repassados, trocados, comercializados; configurando relações de metabolismo social prescrito pelas próprias leis naturais da vida. Neste local de afetos, festas, debates e relações de trocas, vê-se um vasto vocabulário como território, solidariedade, sobriedade, biopoder camponês, agroecologia, economias solidaria e moral, soberania alimentar etc., que carrega a retórica camponesa em oposição as ofensivas do neoliberalismo e sua produção de hegemonias.

A Festa Camponesa é, para a Via Campesina, um importante espaço de formação política, de relações de trocas e de lutas paradigmáticas.

4. Considerações finais, continuidades...

A formação socioespacial da região central de Rondônia é composta pelos Municípios: Mirante da Serra, Nova União, Urupá, Teixeirópolis, Ouro Preto do Oeste, Jaru, Presidente Médici, Vale do Paraíso e Alvorada do Oeste. Compõem esta região os assentamentos resultantes do Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto – PIC Ouro Preto, assentamentos da luta pela terra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), notadamente os PAs Margarida Alves, Padre Ezequiel e Palmares; e importantes Terras Indígenas (Uru-Eu-Wau-Wau, Igarapé Lourdes, Gavião) e Unidades de Conservação (Pacaás Novos, REBIO Rio Jaru). Como parte das dinâmicas territoriais e econômicas da formação socioespacial desta região, marcando a territorialidade dos agentes hegemônicos do capital, estão os grandes empreendimentos agropecuários – silos, confinamentos, laticínios, frigoríficos e casas agropecuárias.

Municípios da região central de Rondônia como Ji-paraná (136.825 habitantes) – segundo município com maior densidade populacional do estado; e Ouro Preto do Oeste (36. 753 habitantes) – quarto com maior densidade populacional – concentram duas entre a maior população urbana em relação municípios de outras regiões do estado (IBGE, 2022). Isso, de imediato, confere à região a capacidade de maiores fluxos econômicos e de relações campo-cidade. É também a região de Rondônia que apresenta o mais alto valor no mercado imobiliário de terras, cerca de 50. 000 (cinquenta mil) por hectare. Curioso notar que, nesta região, ocorre as principais feiras agropecuárias do estado: “Rondônia Rural Show internacional”, “Expo Show Norte”, “Expojipa”, “Expoari”. Movidos pela aliança entre instituições públicas (sobretudo as prefeituras locais), o sindicato patronal e burguesias locais, esses eventos contam com apresentações de grandes nomes da indústria cultural sertaneja e mobilizam bilhões para empresários do agronegócio de Rondônia.

Algo interessante que notamos é a proximidade de agentes institucionais, camponeses e indígenas – inseridos no *rol* do modo de produção e reprodução camponesa de Rondônia – com essa superestrutura simbólica do modo de produção capitalista. Uma semana após o término deste campo, os próprios Amandawas, a Escola Família Agrícola, camponeses assentados e outros agentes institucionais – sujeitos de nossa visita à campo – organizaram caravanas para participar da feira agropecuária “Rondônia Rural Show internacional”, principal evento tecnológico e agropecuário de Rondônia.

Dessa forma, percebe-se que os eventos culturais do agronegócio de Rondônia alienam grande parte dos grupos sociais ao modo de produção capitalista, a mesma medida que os espaços dos grupos sociais também demonstram sua força e resistência pela reapropriação social da terra, dos territórios e da natureza e pela produção ampliada da vida. Isso significa, de imediato, que o imaginário social é, também, um território em disputa em Rondônia.

Bibliografia

CLAVAL, P. “O papel do trabalho de campo na geografia, das epistemologias da curiosidade às do desejo”, **Confins, Revista franco-brasileira de geografia**, número 17, 2013.

CORDEIRO, G. N. K.; REIS, N. S; HAGE, S. M. “Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo”. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 115-125, 2011.

CPT. “Conflitos no campo Brasil 2022”. **Comissão Pastoral da Terra**. Disponível em: [Comissão Pastoral da Terra - Conflitos no Campo Brasil 2022 \(cptnacional.org.br\)](http://Comissão Pastoral da Terra - Conflitos no Campo Brasil 2022 (cptnacional.org.br)).

CNDH. “Relatório da missão contra violações de direitos humanos decorrentes de conflitos agrários e socioambientais no estado de Rondônia”. **Conselho Nacional dos Direitos Humanos**. 2022. Disponível em:

<https://www.gov.br/participamaisbrasil/relatorio-da-missao-contra-violacoes-de-direitos-humanos-decorrentes-de-conflitos-agrarios-no-estado-de-rondonia-de-22-a-26-de-agosto-de-2022>.

IBGE. “Censo Demográfico 2022”. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico2022.html>.

SANCHEZ, L. M. C; LEAL, F. S. F. “Licenciatura em Educação Básica Intercultural”: avanços, desafios e potencialidades na formação superior de professores indígenas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 102, n. 261, p. 357-375, 2021. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.102i261.4446>.

SANTOS, A. M. M; CARLÉTTI, C. “SAÍDAS A CAMPO: uma metodologia para formação humana integral”. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 9, nº 20, pp. 12-39, 2023.



BY



NC



SA

Este artigo é distribuído nos termos e condições do *Creative Commons Attributions/Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual* (CC BY-NC-SA).